

ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS: EM TEMPOS DE REFLEXÃO E DE MUDANÇA

Maria Emília Ricardo Marques

UNIVERSIDADE ABERTA

1. Falar de mudança, em termos de ensino/aprendizagem de línguas, é uma opção que nos poderia levar a um relatório, ou um balanço.

Este texto, não será, contudo, um **relatório** – discurso que resume, sintetiza, explica e redistribui, em função de objectivos, ordenados e precisos, os resultados de um trabalho de grupo, ou de grupos, que se debruçaram sobre temáticas específicas. Poderia ainda ser um **balanço** descritivo, e talvez avaliativo, do que foi feito, por exemplo, na Universidade Aberta, em termos de acções desenvolvidas no espaço continental europeu, na lusofonia, até no mundo. Creio, todavia, que um discurso desse tipo acabaria por ter pretensões planetárias, o que seria não adequado num momento em que tanto se fala de diferenças culturais, de enraizamento, de direito à identidade. Poderia até ser um discurso politicamente correcto, seria, porém, um discurso "recuperador", que falaria a voz de um sujeito enunciador único, ocidental e português, talvez assumindo como porta-voz de uma multiplicidade de imaginários sociais dispersos pelo mundo, imaginários que, mesmo em diálogo, reflectem dúvidas, temores, quando não, por vezes, ignorância mútua. A posição assumida posiciona-se, conseqüentemente, como o resultado, entre outros factores, de um entrecruzar de discursos, marcados por uma tripla particularidade cultural, a de serem o reflexo do que pensa o linguista e, acima de tudo, o professor e o cidadão.

Partiremos, por conseguinte, de uma reflexão sobre a linguagem, destacando a sua incidência no domínio do ensino, no do social e do cultural e, conseqüentemente, no da cidadania.

2. REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM

2.1. A linguagem é um dos nossos mitos, para além de ser a ferramenta que cria o Mundo. Contudo, no mesmo instante em que julgamos que ela dá forma, isola e nomeia

segmentos no contínuo do universo, para os objectivar e lhes dar vida, a linguagem volta-se sobre si própria, demarca-se como signo e deixa transparecer a ilusão da objectividade, arrastando-nos para uma aventura prodigiosa, a da significação. Trata-se de uma aventura que oscila entre **ser** e **parecer**: o **ser** como objecto de procura interminável, (veja-se o "désir essentiel" de que falava Lacan), e o **parecer**, que joga com essa procura, ora revelando-a, ora escondendo-a. Lembre-se como um simples "gosto de ti", pode iniciar uma relação que se desenrolará qual peça teatral centrada na relação amorosa, peça em que estará subjacente, contudo, uma relação de conflito entre dominante e dominado. Recorde-se ainda que a linguagem não é uma entidade abstracta, pré-existente, transmitida ao homem por dom divino. É antes algo que nasce e vive nos sujeitos que a constroem com um "corpo" e que, na instância de uma relação, tem tanto de individual como de colectivo.

Assim o jogo entre o "ser" e o "parecer" não se volta de imediato para o mundo, porque enraizado, prioritariamente, nos sujeitos que põem em cena tal jogo – lembrem-se os "Games people play" de Eric Berne ou os "Knots" de Laing.

Eis talvez porque falamos, não para construir um mundo, objecto exterior ao homem, e a que este atribui uma significação, mas para "produzir determinado efeito" – Goebels. E das redes estabelecidas emergiriam efeitos e significações tecidas entre nós e o(s) outro(s).

Daí pensarmos que a grande mutação no estudo das línguas, não vem de ferramentas tecnológicas, embora numerosos e úteis, mas de uma outra acepção da linguagem que pretendo explicitar. Lembro que, para muitos, esta é hoje menos encarada na sua relação com o mundo, relação de maior ou menor transparência, mas como um espaço de pluralidade relacional entre aqueles que, em instâncias enunciativas, vão negociando, afinando, desenhando significações.

Permitam-me um exemplo comezinho. Todos já vimos desenhados, na borda dos passeios, pequenos cães presos por trelas. Muitos de nós vimos também folhetos, em que um lindíssimo e estilizado cão de raça, declara obedecer a regras de higiene. Nem um caso, nem outro – ambos acontecimentos comunicativos fortemente eufemísticos – nos leva logo a compreender o que se passa. Isto porque o importante, em ambos os textos, é o modo como são combinados o DIZER e o AGIR, numa combinatória que decorre de saberes implícitos e de práticas sociais culturalmente marcadas. Atentemos em alguns desses saberes:

- saber o papel que um cão assume em muitas vidas;
- saber que muitas autoridades municipais se preocupam com o crescimento inquietante da população canina;

- saber que, numa cidade, para além de ruas e de passeios, há lugares proibidos aos cães: relvados, canteiros de parques e jardins,...;
- saber o perigo que correm os peões, quando andam em certos passeios e se esquecem de olhar para o chão.

Estes saberes, e outros,... que deixo implícitos, permitem-nos compreender a frase do folheto referido – “Eu obedeco às regras de higiene”. Continuemos, pois, a reflectir numa e noutra mensagem que a nossa prática social permite integrar numa campanha, tanto de informação, como de propaganda. Permite também inferir que aquele que se nos dirige tem o estatuto de porta-voz de uma instituição social, estatuto que se deseja capaz de nos influenciar, capaz de nos levar a fazer qualquer coisa. Assim, ou ao observar o desenho, ou ao ler o folheto, assumimos o estatuto de um actor que, em determinado contexto sociocultural, entrou num jogo social, em que deve ser convencido a colaborar na procura de um certo bem estar comum, respeitando as “règles de la cité” (P. Charaudeau) – acção fácil, dado ter apenas de obedecer, ele próprio, e não o cão, a certas regras de higiene. A frase lida, neste tipo específico de ritual de propaganda, ultrapassa, como vemos, a informação simples, desenhando-se mais como sugestão ou conselho, do que como aviso ou ordem. *Treine o seu cão*, dizem-nos implicitamente. *Faça o que deve para que os passeios continuem limpos*.

A propósito do folheto, refiram-se ainda outros aspectos. Primeiro, o cão aí representado não é um rafeiro qualquer, mas um cão de raça – facto que nos remete para um discurso, de novo implícito e socioculturalmente marcado, do elitismo e de snobismo, nele valorizados como indícios de pertença a uma certa classe social.

Depois, o facto de o cão falar remete, por antropomorfismo, para o discurso, também ele implícito, do “dom de inteligência”. Eis portanto como, o EU daquele cão – de raça, distinto, inteligente, sabendo viver numa sociedade de que conhece as regras – é transferido para o respectivo dono que se apropria as qualidades acima referidas.

Eis também como o discurso do “treino” do animal, e do próprio dono aliás, discurso de novo implícito, indicia uma relação de poder, concretizada num levar a agir característico dos rituais de propaganda. Ultrapassa-se assim o conteúdo explícito, enraizando-se a significação numa relação subtil entre o dito e o não-dito.

Como vemos, falar uma língua, significar algo nessa língua, ultrapassa, em muito, léxico e gramática.

Continuemos, por isso, a falar mas de sequências discursivas, dos actores que as pronunciaram, de contextos e de situações, dado serem tais actores que, ao reflectirem as práticas sociais de uma comunidade, as tornam significativas em determinado tempo e espaço. Aliás, quando se deixará de pensar que vocábulos como **cadeira, casa, quarto,...**, têm conteúdos equivalentes nas várias línguas? Será que uma forma lexical, como por exemplo, **PAÍS**, tem conteúdo idêntico em "o meu país de marinheiros", no "país perdido" de Pessanha, no "pays" francês, no "plat pays" de J. Brel ou no de Gilles Vignault, eco de um certo imaginário do Québec: "mon pays, ce n'est pas un pays, c'est l'hiver"?

O que nos ocorreu à lembrança, quando pensámos em país, não foi, como vimos, uma definição dicionarizada, mas um pequeno *corpus* onde se entrecruzam sequências discursivas, reflexo também de uma história de vida, a nossa.

A linguagem surge, por conseguinte, como um jogo de espelhos que reflectem tanto práticas sociais, como representações idiossincráticas, embora socialmente construídas. E é esse entrecruzar que este discurso consubstancia. Podemos talvez por isso perguntar, como fez Picasso, a propósito da pintura: "*Quand en aurai-je fini avec ce langage qui s'interpose entre le monde et moi?*". Depois do que foi dito, cremos que a resposta só pode ser NUNCA.

Somos todos, como vemos, testemunhas dos e participantes nos discursos sociais que ocorrem nos vários contextos que integramos. Neles, cada um de nós age em função de, e reage a um imaginário colectivo. Todos temos, portanto, competência, mesmo se empírica, para reflectir e falar sobre as tessituras discursivas que vivemos. E é o que estamos a fazer.

2.2. A significação de tais tramas não pode, como vimos, dissociar-se do contexto e da situação em que se enraízam, como "agir comunicacional". Tal facto resulta, sobretudo, de um conjunto de relações imaginadas, codificadas em maior ou menor grau, estabelecidas entre os protagonistas de um acto comunicativo. Tais relações são dominadas, por exemplo, pelo modo como o locutor imagina o interlocutor, como este último imagina o primeiro, como o locutor imagina que o seu interlocutor o vê, como o interlocutor supõe a imagem que o locutor tem dele, etc., etc.. Assim, falar/compreender é sempre atribuir, a si próprio e ao outro, determinado(s) estatuto(s), verbalizado(s) ou não, é sempre, afinal, propor/reconhecer contratos discursivos, que integram um certos rituais.

Daí que não faça sentido estudar, por exemplo, um texto publicitário, um texto científico, o folheto que acompanha um medicamento, uma simples conversa, se não se conhecem os rituais que, em grande parte, lhes condicionam a significação. De que serve

analisar o título de um antigo jornal – “E os deuses desceram ao inferno” –, se não se conhece determinado ritual da imprensa escrita que abre uma informação – no caso vertente, a derrota do Brasil no último campeonato do mundo de football – com um contrato de insólito: “a inversão da racionalidade do mundo”. É, aliás, o mesmo tipo de contrato que, por estranho que pareça, também ocorre em *Os Lusíadas*, quando Baco, o deus do vinho, desce ao reino de Neptuno.

E a questão pode pôr-se: até onde vai então a liberdade do sujeito falante? Qual a sua margem de manobra? Aliás todos sabemos ser possível assumir um ritual, transgredi-lo, ocultá-lo, subvertê-lo,...

Em resumo: no agir comunicacional, um acontecimento de fala é uma encenação do verbal; encenação que leva a que produzir, ou interpretar, tal facto seja, antes de mais, estabelecer com o(s) outro(s) uma relação, interiorizada e projectada, até porque, ao fazer existir o Outro no que é dito por EU, EU faz-se existir a si próprio.

Assim se explica que falar, escrever, compreender seja assumir uma máscara de palavras – palavras que dominam a própria percepção. Trata-se de uma máscara que não serve, nem apenas para esconder, nem apenas como artimanha. É que ela surge também como instrumento, não só de auto-afirmação, como de exibicionismo. O que uma máscara diz não é, paradoxalmente, “escondo um EU”, mas “sou a exteriorização de um imaginário colectivo, sonhado, indivisível, através do qual me exponho e exponho o todo social que integro”.

Como vemos, tudo isto vai muito além da chamada competência comunicativa tão banalizada. É que a referida competência tem de ser vista, pelo menos, a partir de três componentes:

- **situacional** - que nos remete para os rituais socioverbaes;
- **linguística** - que se enraíza no reconhecimento das regras de composição – combinatória – distribuição de unidades morfosintácticas, léxico-semânticas e pragmáticas.
- **discursiva** - que, na convergência das duas primeiras, nos permite construir/reconhecer estratégias que, pelas práticas sociais, os sujeitos, ligam entre si.

A linguagem verbal surge assim como produto destas três componentes, como objecto na sua fenomenologia existencial. Partamos agora destas perspectivas para reflectir sobre o ensino e a aprendizagem de uma língua.

3. A LÍNGUA PORTUGUESA

Começamos por perguntar se haverá uma língua dominante, ou várias, todas co-existentes no mundo lusófono? Haverá uma única norma-padrão ou vários usos, também eles co-existentes, mesmo no rectângulo continental europeu?

Ora, considerando a linguagem como conjunto de rituais e de estratégias discursivas – o que temos vindo a fazer –, constatamos não poder haver nem unidade, nem homogeneidade. Estipular, ante estas realidades, que a intercompreensão, a nível lusófono – por exemplo, exige um único uso standard surge como absurdo. O facto, também, é que não existe processo que nos permita medir graus de intercompreensão; por um lado, como vimos, porque é o implícito que determina o que está em jogo num acontecimento comunicativo – e o implícito é tudo menos estático; por outro lado, porque interpretar o que é observado – ouvido/lido – é construir um sentido e este depende do sujeito que interpreta. Mudemos o sujeito (ouvinte/leitor) e a interpretação muda, porque, antes de mais, a relação já mudou.

Contudo, todos estamos conscientes de que há saberes, universos de referência, mais ou menos partilhados; que há contratos discursivos e rituais socioverbais, uns globais, outros quase só identificáveis pelos membros de determinado grupo social.

Acontece, contudo, que, em qualquer dos casos, vários tipos discursivos podem ocorrer num mesmo ritual e inversamente. Exemplifique-se com o ritual mediático, onde se torna necessário distinguir entre imprensa, rádio, televisão. Depois, em cada um dos media, há sub-rituais que variam, consoante se trata de crónica, de reportagem, entrevista ou telejornal,... Há enfim que distinguir, em cada subritual, os diferentes tipos discursivos que nele foram encenados, tipos em que se cruzam estilos de níveis diferentes.

Lembremos também que, mesmo em relação a um registo denotativo, não é possível afirmar que existe apenas um tipo de discurso – ex: o científico. Recorde-se como diferem os tipos discursivos das ciências exactas, das ciências económicas e das ciências sociais; acentue - se que, nestas últimas, abundam contrastes, como, por exemplo, os que opõem polémica e explicação ou demonstração.

Ora se tudo isto acontece nos espaços discursivos que se cruzam no rectângulo continental europeu, maior é ainda a complexidade num espaço lusófono, marcado por outros tempos e por diferentes espaços, contextos, situações, actores.

Torna-se, portanto, necessário começar por descrever rituais e tipos discursivos em cada um desses espaços; por caracterizar contextos socioculturais,... antes de comparar ou

de esboçar hipóteses de semelhança. Os inventários lexicais não bastam, mesmo se articulados com a variação sintáctica.

Retomemos, todavia, a noção de um Português científico, que, de sobremaneira, nos interessa a todos. Como o demarcar, e até simplificar, em informática por exemplo, ante a invasão crescente de anglicismos? Eis-nos pois ante uma língua para fins específicos, que se desenha como veicular internacional. Tal facto deve-se a razões políticas e socioeconómicas e não a uma vocação de universalidade da língua inglesa, vocação que alguns explicam por uma simplicidade estrutural, bem mais imaginária que real – até porque o que permite a intercompreensão não é, apenas, a componente língua, como vimos, mas, e sobretudo, contratos e rituais socioverbais.

Querer simplificar uma língua de especialidade para a tornar competitiva no mercado das línguas surge, por isso, como absurdo. O que faz sentido, também aqui, é não esquecer o enraizamento ideológico, social e cultural, é ter consciência dos traços que marcam os tipos discursivos característicos de determinada área científica ou os contratos socioverbais que precedem o desenrolar dos espaços dialógicos.

4. LINGUAGENS E MARCAS CULTURAIS

Permito-me afirmar que tais marcas se apreendem, mais facilmente, através de uma das suas manifestações – a linguagem (verbal e não-verbal), na sua realização discursiva e nas estratégias que, enquadradas nos rituais, reflectem as práticas sociais de um grupo. Assim, em vez de falar, por exemplo, da complexidade das formas de tratamento e de delicadeza em português ou do discurso cartesiano francês, é preferível observar e descrever umas e outro, por exemplo, em estratégias conversacionais. Para tal, será necessário ultrapassar clichés e estereótipos e detectar aqueles indícios semiológicos que reflectem relações sociais. Isto porque o mecanismo revelador do cultural não se enraíza tanto em estruturas de organização social (de que é mera consequência), como nas relações que os membros do grupo mantêm com tais estruturas, nas representações que delas se fazem.

Estudar representações verbalizadas exige que se observe a relação entre o Dizer e o Fazer. Eis-nos, pois, ante duas séries de problemas que têm origem nos chamados "sujeito-testemunha" (aquele que olha e ouve) e "sujeito-observador" (aquele que examina e interpreta).

No que respeita ao "sujeito-testemunha", lembre-se que este participa, de modo inconsciente, no imaginário colectivo. Adapta-se aqui a distinção sociolinguística entre "normas avaliativas" e "normas praticadas". É uma distinção fundamental, até por mostrar

quão difícil é determinar grupos sociais homogêneos e pelo facto de normas avaliativas e praticadas raramente coincidirem.

No que respeita ao "sujeito-observador", aquele que examina e interpreta, pergunta-se como o fazer, sem ser em termos comparativos e tentando ultrapassar clichés e estereótipos. Por que não considerar a noção de identidade, ou a de marca identitária, como o resultado de uma acumulação de diferenças que se reflectiriam, antes de mais, naquele que vê, antes de surgirem refractadas naquele, ou naquilo, que é visto.

Parece-nos residir aqui, ou seja na própria dinâmica dos imaginários sociais, a maior dificuldade para uma definição de espaços culturais.

Nestas condições, como falar de "diálogo de culturas", quando a especificidade cultural se enraíza na diferença, numa diferença que é constitutiva de relações polémicas, conflituosas, de poder e, até, de sedução? Encaremos, por isso, a hipótese do confronto cultural; mas, para que este resulte, é necessário que cada grupo (ideológico, social, cultural, até económico) construa os próprios instrumentos de análise. Actualmente domina um certo funcionalismo ocidental que fragmenta, hierarquiza, racionaliza, através de um processo de abstracção crescente. E, no entanto, para lá dessa "razão europeia" de que falava Senghor, há culturas em que o religioso, por exemplo, é indissociável do económico, do político, do jurídico, do social. Outras existem ainda em que a onnipresença do corpo induz o concreto como instrumento de cognição.

Contextualizar os instrumentos de análise e de interpretação, torna-se, por isso, indispensável, se queremos responder ao desafio imposto pelo confronto cultural.

5. LINGUAGEM E ENSINO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

A característica mais importante de uma nova didáctica das línguas e das culturas é a contextualização, é uma reflexão de tipo sociolinguístico, até por já ter sido posta de lado a relação forçada entre linguística e didáctica, embora seja aceite o diálogo entre ambas.

Abandonaram-se também os métodos universalistas, dando-se o maior relevo às origens dos aprendentes, às suas raízes sociais e culturais.

Daí que proponhamos três polos à volta dos quais gostaríamos de pensar uma didáctica das línguas e das culturas.

1º. *O espaço de uma língua e de uma cultura é um espaço onde se confrontam discursos diversos*

Se considerarmos que a linguagem é um objecto impregnado de uma dimensão psico-social, não se justificam os compartimentos estanques que se estabeleceram, e que se mantêm, entre língua-cultura, sociologia, história, literatura. É evidente que cada uma destas disciplinas tem a sua autonomia do ponto de vista, quer científico, quer didáctico. Mas não podemos esquecer que essas mesmas disciplinas são atravessadas pela linguagem, linguagem que, ao atravessá-las, cria uma intertextualidade constante.

Vimos ainda como um acontecimento comunicativo é portador de traços culturais, através de vários imaginários colectivos. Poder-se-ia dizer o mesmo dos traços de literalidade, dados os papéis neles exercidos pela produção literária, como origem e como resultante. Claro que encaramos aqui a literatura não como "história da literatura" ou como "processo de criação", mas como um fragmento discursivo revelador de determinada relação entre o texto, um EU co-enunciador (leitor, ouvinte), o contexto sociohistórico que marca este último em determinado espaço e num certo momento, tanto quanto ao longo de uma história de vida.

Não se deveria, por conseguinte, separar aquelas disciplinas, quando se trabalha sobre, e com, a linguagem. Dever-se-ia antes enfatizar nelas o lugar dos textos (qualquer acontecimento comunicativo é um texto); isto em função, por um lado, dos rituais que integram; por outro, da interdisciplinaridade que os atravessa – rituais e interdiscursividade encontrando-se marcados pela diferenciação cultural.

Daí a importância dos documentos mediáticos – dado que, se qualquer acontecimento comunicativo é encenação, o discurso dos media carrega, por vezes até à total distorção, os traços marcantes e as cores fortes dos discursos que, de modo dominante, circulam numa sociedade.

2.^o. *O ensino de uma língua estrangeira é espaço de confronto culturais*

Forçoso se torna partir da hipótese que qualquer aprendiz já tem uma competência comunicativa desenvolvida em L1, dado viver em determinado contexto social e cultural – contudo, o estudante raramente tem consciência disso. Por isso cremos que o melhor meio de conscientizar essa competência reside numa metodologia contrastiva, que torne o aluno sensível e o faça descobrir e reagir a diferenças e semelhanças entre contratos e rituais socioverbais próprios dos espaços sociais que atravessa. Bourdieu apresenta tal espaço a duas dimensões e demarca, na polaridade horizontal, a repartição de recursos entre capitais económico, social e cultural. A cada posição social correspondem estilos de vida, disposições, representações mentais, opiniões, normas até. Aí se cruzam, por um lado, *habitus* individuais,

por outro *habitus* de classe – ou seja, constitui-se uma matriz determinada pela posição social, sendo, de dentro dela, que vemos o mundo e agimos. Tal matriz é vector de unidade e de permanência, mesmo se consciente.

Contudo, a heterogeneidade na herança cultural determina desigualdades sociais. Acresce ainda que a escola funciona como um aparelho de reprodução, ainda que hoje já surja como janela aberta a experiências variadas e como espaço não homogêneo de socialização. Escola, cultura, ócio, mídias, internet, ..., em todos estes sectores, a escola funciona como espaço de dominação que o discurso indicia e de que é instrumento, mesmo se a partir de mecanismos, conscientes ou inconscientes, mais ou menos dissimulados.

Eis porque nos parece fundamental a criação de estratégias pedagógicas e didáticas (para os vários níveis de ensino) que permitam apreender na dialéctica língua materna « língua não materna, questões como as referidas, inerentes às culturas em presença.

Em consequência, o que se propõe, é adaptar o ensino a uma situação e a um contexto extremamente ricos e a uma grande diversidade de actores, tentando trabalhar com, e sobre, a competência intuitiva dos aprendentes, criando, durante o processo de formação, o maior número possível de situações de confronto – lembre-se que confrontar é pôr frente a frente, é comparar (pessoas, acontecimentos, objectos,...), quase como o faria um cientista, com a finalidade de conscientizar, através de reflexões metacomunicacionais e metalinguísticas, contrastes, parecenças, casos de identidade.

3^a. *O ensino da língua estrangeira abre espaços de actividades comunicativas múltiplas, diversificadas, mas sempre em contexto*

Encontramo-nos, como é natural, ante uma consequência de tudo que foi dito. Assim, se a linguagem é uma multiplicidade de discursos, se os imaginários sociais só podem ser apreendidos comparativa/contrastivamente e se temos de ter em conta, entre outras, as destrezas e as competências comunicativas dos aprendentes, acontece que construir uma estratégia de ensino, a partir da noção de "progressão" é absurdo – fazê-lo decorreria do pressuposto que a língua é **una** e que o aprendente é **único**. Programemos, sem dúvida, mas de modo flexível, tendo em conta múltiplas estratégias pedagógicas, visando criar materiais supletivos, utilizar grande diversidade dos chamados "documentos autênticos"; reintroduzindo a prática da tradução – espaço, por excelência, de confrontação cultural –, imaginando exercícios criativos que propiciem a desconstrução e a reconstrução do verbal..., e não só.

O professor terá, por isso, de ser alguém capaz de despoletar situações, mesmo que acabe por não as dominar. Terá ainda de ser alguém capaz de aceitar que, na aprendizagem de línguas, o "agir pedagógico", ou "andragógico", seja, cada vez mais, uma aventura com contornos fluidos e misteriosos que abre vários universos possíveis. E abre-os por um, ou num, "agir comunicacional" marcado: ideológica, social, cultural economicamente. Agir marcado e sujeito a restrições contextuais que nos condicionam e nos limitam, coagindo a nossa acção. É apenas mais um obstáculo,... a superar como tantos outros.